

Um novo rombo de R\$ 3,2 bilhões

ANA D'ANGELO
DO ESTADO DE MINAS

O governo já está fazendo as contas. Os cerca de 105 mil servidores civis do Executivo que estão em condições de pedir aposentadoria devem provocar um rombo nas despesas da previdência do funcionalismo de até R\$ 242 milhões por mês, ou R\$ 3,2 bilhões por ano (incluído o gasto com o 13º salário), segundo cálculos da Casa Civil.

A curto prazo, é um desastre para as contas públicas. "De fato, é um tiro no pé", definiu um integrante da equipe econômica que participa das discussões sobre a reforma da Previdência dos servidores públicos que está no Congresso. As contas públicas estão tão apertadas, entre outros motivos, porque as despesas com pessoal ativo e inativo abocanham a cada ano uma parcela mais gorda dos impostos pagos pela população, num ritmo de crescimento acelerado.

Só não ocorrerá aumento da despesa se não houver reposição das vagas, o que significa causar um colapso nas atividades de atendimento à população. Esses 105 mil servidores correspondem simplesmente a quase um quarto de todo o contingente civil ativo atual da administração direta e indireta, que soma 455 mil funcionários.

Caso passe no Congresso a taxação dos inativos proposta pelo governo, estes "novos aposentados" contribuirão com um valor mensal em torno de R\$ 15 milhões, ou R\$ 192 milhões por ano. Ou seja, 6% da despesa que vão gerar. Esse valor será menor ainda se vigorar o teto de isenção de R\$ 2,4 mil de contribuição para quem se aposentar a partir da reforma.

Se apenas a metade desse contingente de funcionários decidir largar o serviço público neste ano, a despesa adicional continuará significativa no orçamento do País, de R\$ 1,6 bi-

lhão por ano. O governo já sabe que as chances disso acontecer são enormes. Em 1995, quando Fernando Henrique Cardoso mandou sua proposta de reforma ao Congresso, 34 mil servidores civis se aposentaram.

O principal setor que preocupa o governo é o das universidades e escolas técnicas, onde a corrida às aposentadorias já começou e cuja substituição de pessoal tem que ser necessariamente rápida. Nos primeiros quatro meses do ano, 3.513 servidores civis do Executivo se aposentaram, quase a metade de todo o contingente do ano passado, de 7.465.

Para conter essa corrida, o governo introduziu na proposta de reforma um incentivo a quem continuar na ativa. Os servidores que tenham completado as exigências para se aposentar e que optar por continuar trabalhando ficarão livres da contribuição de 11% sobre o salário, a título de abono de permanência, até a aposentadoria compulsória, aos 70 anos.

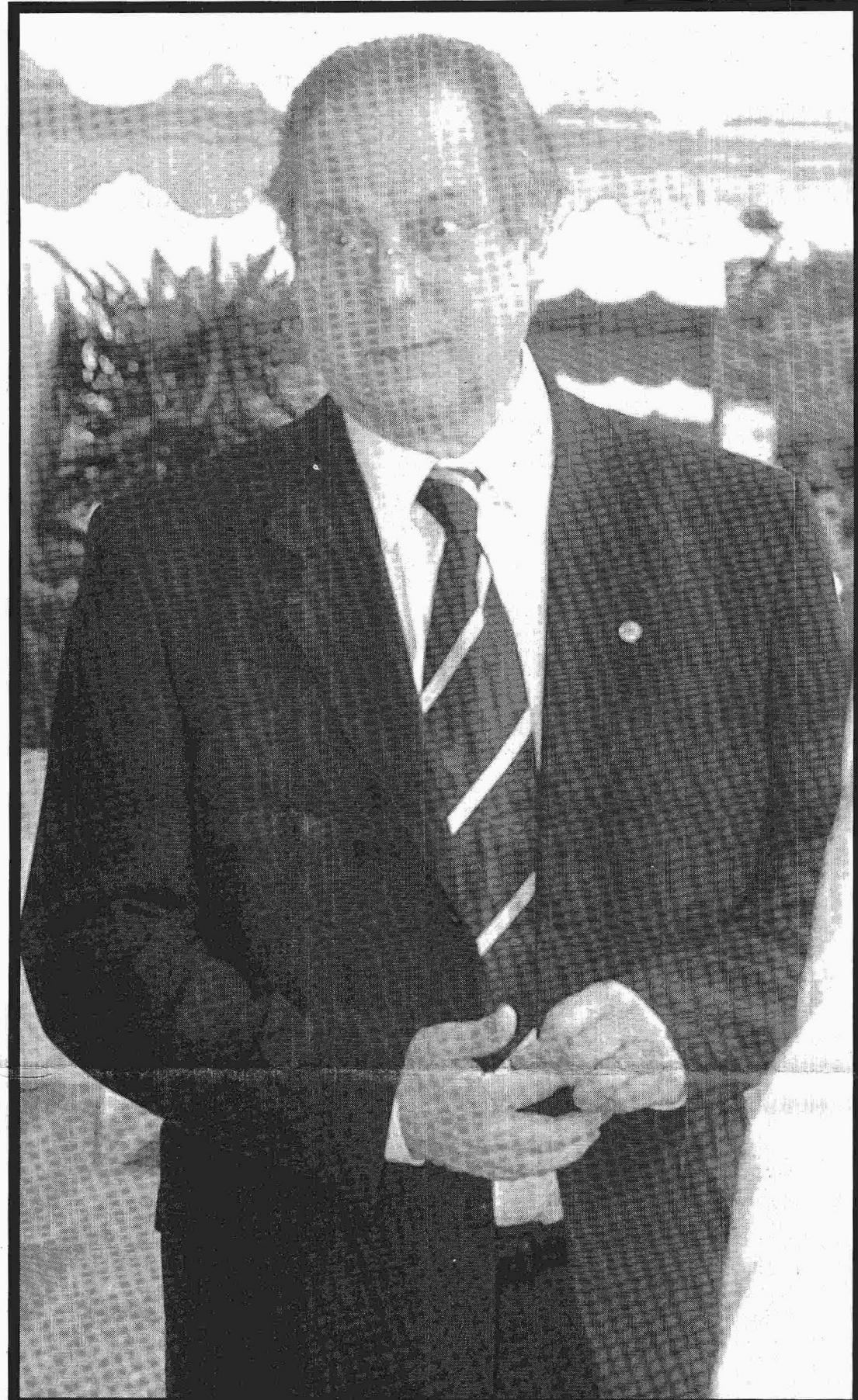
Injustiça

Apesar da pressão imediata sobre as despesas que pode gerar, o governo Lula não pretende abrir mão da reforma porque ela estanca a sangria desenfreada de recursos públicos para pagamento da folha de ativos e inativos.

Também não desistirá da taxação dos inativos por uma questão de justiça social com a população que paga impostos e com os próprios servidores ativos. O ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, reafirmou na semana passada que a cobrança dos inativos é "inegociável".

Quando os funcionários públicos que ingressaram na última década no governo se aposentarem, daqui a 20 anos ou 25 anos, terão contribuído durante cerca de 30 ou 35 anos com alíquota de 11% sobre seu salário total. O mesmo não aconteceu com os atuais servidores inativos, que nunca sofreram essa mordida nos seus salários. E

Wanderlei Pozzembom 14.12.02



JOSÉ DIRCEU: MINISTRO ARTICULA APOIO DO CONGRESSO ÀS REFORMAS, MAS DIZ QUE TAXAÇÃO DOS INATIVOS É "INEGOCIÁVEL"

mais: eles se aposentaram com valores acima do salário (*leia mais nesta página*), benefícios que os atuais ativos não têm.

"A atual geração de funcionários aposentados foi a que mais se beneficiou do sistema", afirma o consultor Marcelo Este-

vão, especialista em previdência. E a maioria deles nem fez concurso para ingressar no serviço público.